

A CIDADE NÃO É UMA FOLHA EM BRANCO: O PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DIOGO DE VASCONCELOS

Iracema Generoso de Abreu Bhering¹ e Fernanda Borges de Moraes²



¹ Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas; doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG)

² Professora Associada do Departamento de Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da NPGAU/UFMG

A ocupação do território e, portanto, a paisagem e a forma urbana dela decorrentes são, via de regra, produzidas por ações diversas, por vezes aleatórias. Na cidade formal, também fazem este papel a Lei (regulamentação sem intenção de projeto), os planos de massa específicos para lugares determinados, a reprodução e adoção de modelos considerados mais avançados e atraentes e, raramente, paradigmas culturais de vivência do espaço. Como consequência, muitas vezes são criadas paisagens dissociadas do clima, do relevo e das tradições locais, principalmente se for considerada tão somente a regulamentação legal – os parâmetros urbanísticos – que configura e gera qualquer paisagem, sem especificidade e sem referência.

A legislação exerce papel político e técnico, orientando o crescimento urbano pela mediação dos interesses públicos e privados sobre o solo urbano e controlando o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação das cidades. Entretanto, o descompasso existente entre dinâmica urbana e norma jurídica aparece de maneira sistemática. Os parâmetros urbanísticos balizadores do modelo de ocupação³ têm funcionado como fatores indutores ou restritivos do adensamento e da transformação de função, controlando e compatibilizando usos diversos. Diversos autores apontam o zoneamento – ou seja, o conjunto de normas urbanísticas de disciplinamento do uso e ocupação do solo a partir do estabelecimento de zonas específicas – como uma vertente descolada do planejamento, quando simplesmente referenda tendências existentes do crescimento espontâneo e expectativas do mercado imobiliário.

O objetivo do zoneamento e seus parâmetros é normatizar a produção do espaço, e, conseqüentemente, do projeto urbano, tanto no espaço público quanto no privado. Apesar disso, a democratização e qualificação do espaço coletivo não faz parte dos seus objetivos diretos. Entende-se, hoje, que não é possível continuar a gerar espaços utilizando-se desses tipos de parâmetros, pela sua generalização e alcance relativo e, sobretudo, pelo grau da qualidade espacial da cidade que disso

³ Os parâmetros aqui considerados são os habitualmente utilizados na legislação urbanística – coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, cota de terreno por unidade habitacional, taxa de permeabilidade e altura máxima na divisa, altura máxima da edificação, além dos afastamentos e demais parâmetros utilizados para parcelamento do solo urbano (tamanho máximo e mínimo dos lotes, percentagem de áreas para instalação de equipamentos urbanos e comunitários, sistema de circulação e espaços livres de uso público, largura e declividade de vias).

resulta⁴. O projeto de requalificação da Savassi – seu diagnóstico e intervenção, corroboram essa ideia.

A esses componentes da produção do espaço abstrato, pode-se acrescentar: a metaforização geral que, aplicando-se ao histórico e ao cumulativo, transfere-os neste espaço onde a violência cobre-se de racionalidade e onde a racionalidade unificadora justifica a violência. De sorte que a homogenização não aparece como tal, mas através de metáforas tais como: o “consenso”, a democracia parlamentar, a hegemonia, a razão de Estado. Ou ainda o espírito de empresa. Entre o saber e o poder, entre o espaço e o discurso do poder, as trocas multiplicam-se e se regularizam, “feed-back” muito especial. (Lefebvre, 2006, p. 384)

O processo de requalificação da Praça Diogo de Vasconcelos, conhecida como praça da Savassi, localizada em Belo Horizonte, explicita a inexistência e precariedade com que se trata a paisagem em termos legais, além das possíveis consequências a médio prazo desses processos descolados das dinâmicas locais.

Essa discussão remete-se a 2007, quando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) licitou o projeto de requalificação da Praça, parte do Projeto Centro Vivo⁵, um dentre os diversos desenvolvidos com o intuito de melhorar a qualidade de vida da cidade, além de, especialmente neste caso, fortalecer as tendências da Savassi como lugar de encontro, lazer, consumo e entretenimento, além da manutenção do uso residencial na área.

Os principais paradigmas desse projeto, segundo a PBH, seriam privilegiar o pedestre e a apropriação da área, ampliando o espaço público e adequando-o para lazer, estar e passagem. Outros tantos feitos neste contexto, como o Boulevard Arrudas e o Barro Preto, se utilizaram de discursos semelhantes para requalificar seus espaços.

As novas tipologias de intervenção utilizadas, apesar de interessantes, fazem parte de um conjunto originário das intervenções urbanas realizadas no primeiro mundo (dito mundo civilizado) e que são apropriadas por outros sem crítica e sem adequação à cultura local, repetindo um repertório arquitetônico

⁴ Não se trata aqui de negar a importância dos parâmetros urbanísticos e regras legais, extremamente necessários no Brasil, principalmente pelo fato de, tradicionalmente, o processo de desenho do traçado da cidade ser dissociado da produção dos seus edifícios e de que a mudança da paisagem, determinada principalmente pelo valor de troca embutido nos terrenos urbanos, demanda parâmetros de fácil aplicação. O que se discute é a sua utilização como substituto dos paradigmas culturais que direcionavam a construção das cidades, sua contribuição como fator homogeneizador do espaço e da sua pouca operacionalidade para gerar paisagem.

⁵ O Projeto Centro Vivo é um conjunto de obras e projetos sociais da Prefeitura que prevê a requalificação de espaços coletivos da área central de Belo Horizonte.

utilizado *ad nauseam*, independente do lugar, do *genius loci*, do sentido histórico e simbólico construídos.

Os dados que consubstanciaram as reflexões aqui apresentados foram coletados quando da licitação e do diagnóstico para o Projeto de Requalificação da Praça Diogo de Vasconcelos, em 2008, e cotejados com avaliação do projeto implantado. Essa região, parte do Bairro Funcionários, situada entre a região central e sul da capital, foi batizada como Savassi pela existência de uma famosa padaria homônima instalada na década de 1940.

A Savassi, localizada na área urbana delimitada pela Avenida do Contorno⁶, foi ocupada inicialmente por uma população de classe média, principalmente funcionários públicos e profissionais liberais. Sua proximidade da Praça da Liberdade – onde foram construídos a sede do governo estadual (Palácio da Liberdade) e as respectivas secretarias de estado –; a localização privilegiada e a impossibilidade de inundações, garantida pelo grande aterro feito para a construção da praça e distância do Ribeirão Arrudas; além da fácil articulação com a área central⁷ fizeram com que, rapidamente, o uso predominantemente institucional e residencial começasse a ser acrescido do comércio e serviços de uso cotidiano, incluindo-se aí a Padaria Savassi, que nomearia futuramente a área.⁸

Com o crescimento da população da nova capital e a popularização do comércio e dos serviços localizados em sua área central, surge a demanda por um novo centro que atendesse as classes mais altas da cidade. A Savassi é a escolha lógica para abrigar a nova centralidade, graças a sua grande capacidade de articulação viária e ao seu relevo com declividades suaves, ideal para as áreas comerciais.

Essas mudanças implicaram uma reconfiguração morfológica e funcional dessa nova centralidade, principalmente a partir da década de 1970: o uso residencial se transforma em uso misto e a tipologia predominante (residências unifamiliares, muitas vezes com barracões de aluguel no quintal) começa a ser

⁶ No projeto implantado da nova capital mineira, elaborado pelo engenheiro paraense Aarão Reis, a Avenida do Contorno delimitava a então área central urbana.

⁷ A área central de Belo Horizonte, aqui considerada, é a assim reconhecida desde os primórdios da capital como sendo a região que abarca as praças da Estação, Sete de Setembro e seu entorno.

⁸ Em Belo Horizonte, além da Padaria Savassi, havia a Padaria ABC, na confluência das avenidas Getúlio Vargas e Afonso Pena, que também por sua fama nomeia outra praça da cidade, a Praça ABC. Os nomes das duas padarias, hoje já inexistentes nesses locais, substituem os nomes originais das praças de tal modo que grande parte da população não sabe onde se situam as praças Diogo de Vasconcelos e Benjamin Constant, seus nomes de batizo, mas pelas denominações Savassi e ABC, associadas a referenciais locais, são facilmente localizadas.

substituída por prédios residenciais e comerciais. A Savassi concentra, a partir de então, o comércio voltado para a classe média, média alta e intelectuais, com grande diversidade de serviços, comércio de moda (roupas, acessórios, sapatos, joias), livrarias, bares, cafés e restaurantes.

O crescimento da violência urbana, o aumento no número de carros e a consequente impossibilidade de estacionamento, além da importação da cultura dos *shoppings*, no final da década de 1980, fizeram com que o comércio de luxo migrasse em direção ao BH Shopping⁹ e à Praça Marília de Dirceu, no bairro de Lourdes, lindeiro à Savassi. Até então, a Savassi representava a alternativa comercial para as classes mais altas, superada em diversidade apenas pela primazia do centro, com o qual ela não desejava concorrer.

Na década de 1990, quando novos hábitos de compra são incorporados definitivamente pelos habitantes da capital, dois novos *shoppings* – Del Rei e Minas Shopping – são inaugurados, em localização significativamente descentralizada no território belorizontino, e, posteriormente, vários outros, relegando a Savassi a segundo plano como centro de compras.

A partir da implantação, em meados dos anos 2000, do Shopping Pátio Savassi, a Savassi começou a assistir o retorno de antigos e a chegada de novos atores econômicos (serviços, gastronomia, entretenimento, livrarias), atraindo um novo público, ainda que morador de suas redondezas; novos usuários e tribos, com consequente demanda por diversificação de atividades.

As diversas intervenções (muitas vezes necessárias, porém pontuais) e os empreendimentos executados no entorno imediato da praça – seja pelo poder público (trincheira da Rio Grande do Norte) ou pela iniciativa privada (Marista Hall e Pátio Savassi) – contribuíram para degradação da qualidade do espaço, aumentando o fluxo de automóveis, tumulto, confusão e engarrafamentos, segmentando a área com a criação de barreiras. Porém, paradoxalmente, também colaboraram para a restituição da centralidade e importância que a Savassi vinha perdendo, ainda que a vitalidade desse espaço jamais pode ser questionada. A região, independente de todas as conjunturas históricas, sempre se caracterizou pela efervescência socioeconômica e sua associação ao *glamour*, como bem expressa este depoimento:

⁹ O BH Shopping foi inaugurado em fins da década de 1970 e durante seus 10 primeiros anos manteve-se expressivamente esvaziado, tanto em termos da locação dos espaços quanto pelo desinteresse da população.

Pra mim a Savassi é uma ideia. É uma coisa assim, é uma energia que paira no ar, então pra mim existe o todo da satisfação de estar no lugar, de estar na Savassi, aqui as pessoas são mais educadas, procuram se trajar melhor, tem um comportamento diferente, caiu aqui essa energia que ataca a pessoa e ela muda, a relação de convivência com as pessoas, com os lojistas, com todo mundo que passa por aqui é muito agradável. (BELO HORIZONTE, 2008b)¹⁰.

A intervenção de requalificação, após longo período de discussão de diagnóstico e de projeto, foi implantada e finalizada em 2012. As diretrizes que nortearam o projeto incorporaram a necessidade de se definir novos parâmetros de uso e ocupação da área, como a regularização do sobre zoneamento, já presente no Plano Diretor de Belo Horizonte, para o lugar¹¹, o que não aconteceu. O tempo despendido pelas obras – que se estenderam de março de 2011 a maio de 2012 – gerou problemas na circulação veicular em parte expressiva da Regional Centro-sul e no vetor sul de Belo Horizonte, com consequência para o comércio e serviços locais, que viram parte da sua clientela desaparecer.

Quando a área foi entregue aos usuários, a praça novamente se encheu de frequentadores. Entretanto, a aluguel das áreas comerciais aumentou expressivamente, expulsando os antigos comerciantes, com uma fúria demolidora que reverberou também em seu entorno, com a demolição de casas e pequenos prédios, substituídos por novas tipologias que aproveitavam, ao máximo, os coeficientes permitidos pela lei.

A paisagem se modificou, sem que nada fosse feito para conter esse furor. O projeto implantado que, a princípio, se orientou pelo discurso da manutenção do espírito local, sendo até coerente enquanto proposta, inseriu novos elementos que desconfiguraram a simplicidade inicial da área, criando um lugar com novas características. Algumas preciosidades, como os paralelepípedos do calçamento inicial foram, literalmente, eliminados na nova configuração. O espaço do imaginário, que emergiu expressivamente nas pesquisas do diagnóstico, foi desconsiderado na proposição de elementos de materialidade exacerbada: os objetos introduzidos se demonstraram elementos marcantes demais para darem espaço à concepção e percepção individuais. É o lugar, atualmente, onde não se pode sonhar.

¹⁰ A citação da fala deste comerciante tem origem na pesquisa de percepção urbana, realizada quando do diagnóstico da Savassi (2008) e, assim como nas que se seguem no decorrer do documento, o autor não tem o nome revelado

¹¹ A área aparece como Área de Diretrizes Especiais (ADE) Savassi no Plano Diretor da capital a partir de 1996, mas até então não regularizada.

A potência de uma paisagem não decorre de seu oferecimento em espetáculo, mas de sua apresentação como espelho e miragem a cada um (que o suporta) uma imagem, ao mesmo tempo ilusória e real, de uma capacidade criadora que o sujeito (o Ego) maravilhosamente parvo, se atribui durante um momento. (Lefebvre, p.260,2006)

A Savassi foi, durante a maior parte da sua história, uma praça inexistente, não como referencial simbólico e lugar de práticas cotidianas, mas enquanto configuração espacial de praça. O cruzamento das avenidas Cristóvão Colombo com a primeiramente nomeada Avenida Paraúna e depois Getúlio Vargas mostra a Praça Treze de Maio, primeiro nome da Savassi, como um cruzamento de duas avenidas de generosos de trinta e cinco metros de largura e duas ruas (Pernambuco e Antônio de Albuquerque, ambas com 20 metros de largura), conformando um largo para o qual não houve inicial projetual de desenho urbano¹², no projeto de Aarão Reis (FIG. 1). Outras praças no projeto original da cidade, no entanto, como a Praça da Liberdade e a Praça 17 de Dezembro (atual Raul Soares) mostram definições projetuais e concepções espaciais específicas e nos seus moldes então tradicionais mais característicos.



¹² A repetição de um tipo de largo semelhante à Praça da Savassi que, no projeto de Aarão Reis, se repete em alguns outros lugares – Praça 7 de Setembro (atualmente praça Coronel Benjamin Guimarães, conhecida como Praça ABC), cruzamento da Avenida Paraúna com a Avenida Afonso Pena; e Praça 21 de Abril (atual Praça Tiradentes), esquina das avenidas Afonso Pena e Brasil, por exemplo – que são largos, marcações espaciais, para os quais não foi proposto nenhum desenho.

Figura 1 – Planta Geral da Cidade de Minas de 1895, projeto do engenheiro Aarão Reis: com a atual Praça da Savassi destacada no círculo vermelho (Coleção de documentos cartográficos do Arquivo Público Mineiro-APM).

A história desses três largos (Savassi, Praça ABC e Praça Tiradentes) no imaginário da população de Belo Horizonte, entretanto, segue caminhos diferentes: a atual Praça Tiradentes¹³ não existe como espaço urbano; a Praça da ABC é conhecida por parte restrita da população e a Savassi é reconhecida, para além de Belo Horizonte, como espaço de cultura, *glamour* e lazer. Entretanto, essa praça, como configuração espacial, nunca existiu.

Na coleção de fotos a seguir (FIG. 2 a 5), pode-se observar configurações diversas da Praça da Savassi ao longo do tempo, todas associadas a questões de circulação: com o ponto de parada do bonde (1930); a rotatória, tendo como marco central o pirulito da atual Praça Sete (1970); o aprimoramento do desenho viário da rotatória, feito com o intuito de minimizar os conflitos da circulação veicular (1977), e figurando apenas como cruzamento de vias com pintura estratigráfica (a partir dos anos 1990).



Figura 2 – Praça Diogo de Vasconcelos – 1930 (arquivo J. Goes).



Figura 3 – Praça Diogo de Vasconcelos – 1970 (arquivo J. Goes).

¹³ A Praça Tiradentes só é identificada quando se fala do cruzamento onde está localizada, excentricamente, a estátua de Tiradentes. Normalmente, as pessoas se assombram em saber que lá é uma praça, apesar de sua configuração se assemelhar bastante à da Savassi.



Figura 4 – Praça Diogo de Vasconcelos – 1977 (arquivo J. Goes).



Figura 5 – Praça Diogo de Vasconcelos – ca. 2010 (Portal PBH).

Anteriormente à requalificação de 2012, houve o fechamento dos dois quarteirões da Rua Antônio de Albuquerque e de um da Rua Pernambuco, lindeiros à praça, onde foram colocados alguns poucos bancos, proibida a circulação veicular e criada uma área de estacionamento que ocupa a maior parte da caixa das ruas fechadas: a praça passa, então, a existir materialmente nestas pequenas áreas, insuficientes para todos os usuários, mas ainda um local de se estar.

Entretanto, quando da coleta de dados para o diagnóstico da área (FIG. 6), essas pequenas áreas foram reconhecidas pelos usuários como complementos da praça, não como a praça em si. Tem-se, então, a confirmação daquilo que se intuía: a ausência da praça, de elementos marcantes de construção da paisagem permitiu aos usuários a construção de uma praça que está no imaginário de cada um.

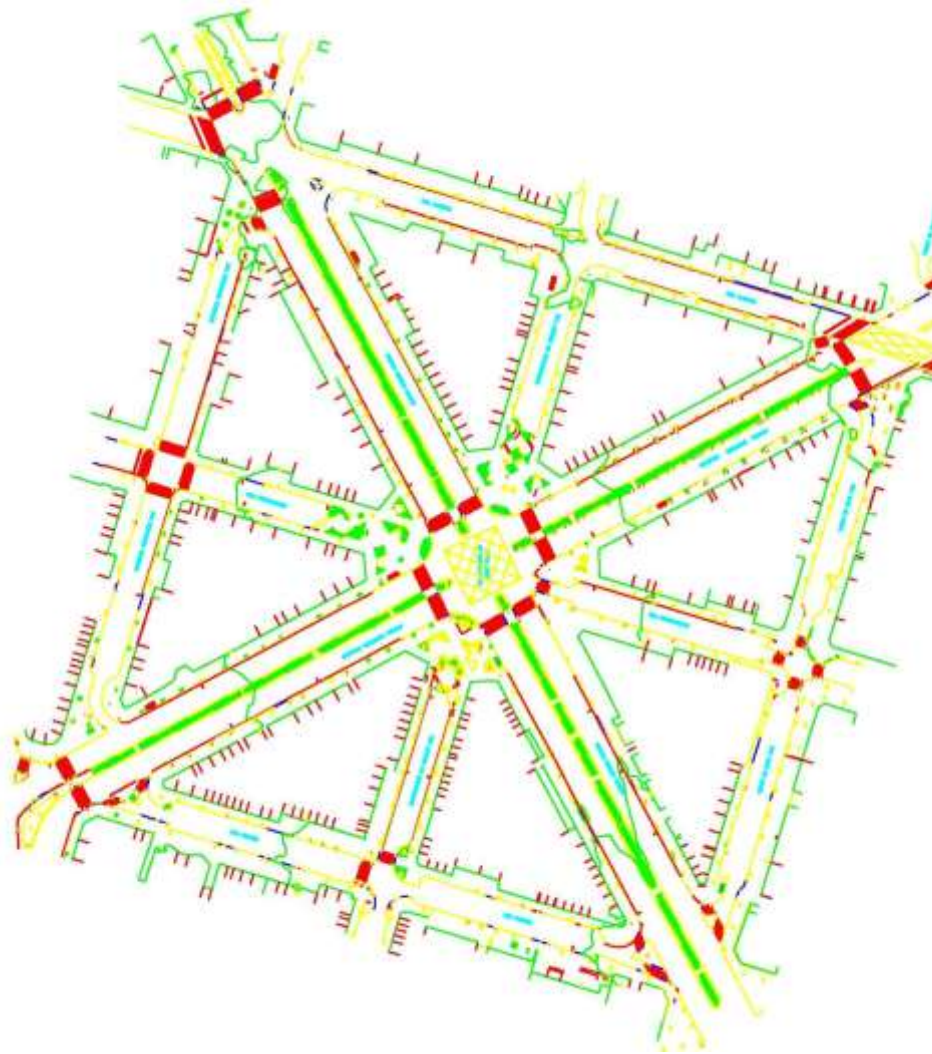


Figura 6 – Praça da Savassi 2008 – Levantamento topográfico, indicando o fechamento das vias

Fonte: Diagnóstico para o projeto de requalificação da Savassi – 2008.

A primeira etapa dos levantamentos para o diagnóstico foi conduzida com o objetivo de identificar e qualificar atores, demandas e expectativas que envolviam a região em estudo. Essa pesquisa, muito extensa, primeiro qualificou o usuário quanto a sexo, escolaridade, motivo de se encontrar no local e local de residência, frequência e tipo de transporte utilizado para chegar ao local, dentre outros pontos.

Em um segundo momento, foi solicitada a opinião dos usuários sobre algumas questões para leitura da percepção socioambiental da área. Uma delas teve como objetivo levantar a principal referência da Savassi. E, então, começou a surpresa.

O Gráfico 1 – Marcos e Referências da Savassi, transcrito do diagnóstico entregue, mapeava o Espaço da Praça como o mais citado (34%), seguido pelos serviços de alimentação e lazer (bares, restaurantes, etc.), com 31,3%, sendo que 18%

se referiam ao Mc Donald's. É importante explicitar que cada entrevistado podia indicar até três referências na Savassi.

Gráfico 1 – Marcos e Referências da Savassi

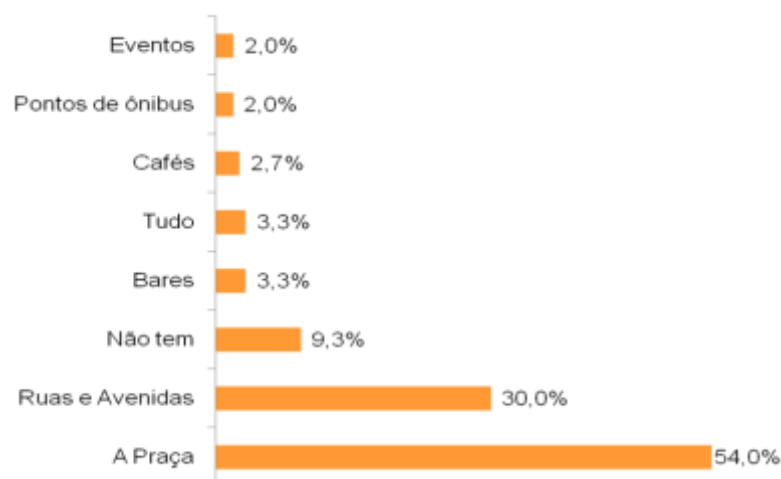


Fonte: Pesquisa de opinião e caracterização dos usuários – B&L (BELO HORIZONTE, 2008b)

Entretanto, os pesquisadores teimavam em afirmar: a praça não existe. Quando das primeiras reuniões, com a pesquisa de opinião ainda em andamento, questionava-se sempre qual o sentido dessa resposta. Por isso, foi pedido que fosse explorado um pouco mais o significado da praça para os entrevistados. Diversos entrevistadores voltaram do campo com a resposta que pode parecer absurda, mas representa a visão do usuário: ao perguntarem “que praça?”, os usuários apontavam para o vazio central do cruzamento e respondiam “esta”.

A pesquisa também levantou os espaços públicos e privados mais importantes para os entrevistados. O Gráfico 2 – Espaços públicos mais importantes, também oriundo do mesmo trabalho, aponta que dentre os espaços públicos, o espaço físico da praça é, disparadamente, o mais importante (54% das respostas). Esta constatação reafirma a praça enquanto espaço físico para os usuários. As ruas e avenidas também tem um peso grande nas respostas (30%), sendo que a Rua Pernambuco e as avenidas Getúlio Vargas e Cristóvão Colombo estão dentre as mais mencionadas.

Gráfico 2 – Espaços públicos mais importantes



Fonte: Pesquisa de opinião e caracterização dos usuários – B&L (BELO HORIZONTE, 2008b)

As pesquisas de aprofundamento feitas respaldaram a existência de uma praça particular no imaginário de cada usuário. De acordo com os depoimentos constantes da Pesquisa de opinião e caracterização dos usuários – B&L (BELO HORIZONTE, 2008b):

“Como referência física é o Pirulito, o que é muito engraçado porque ele não esta mais na Savassi (...), mas grande época da minha adolescência, juventude ele estava lá, até hoje eu enxergo o Pirulito na Savassi.” (Moradora)

“A referência da Savassi pra mim antes de morar aqui, era de lazer e o lazer no sentido não só cultural, mas também de você vir namorar na Savassi, tinha aquele romantismo da Savassi de outrora.” (Moradora)

“Olha, o que eu acho que é a cara da Savassi é o espaço plano, é a geometria da Savassi que ela é toda plana, é arborizada, passeios largos, é uma região de fácil movimentação.” (Entidade)

“A Savassi tem uma intensidade de usos interessante e que não depende de carro. Então aí você cria um espaço, certa intensidade de vida urbana que eu acho que não existe em nenhum outro lugar, isso pra mim é o marco. Não tem nem uma praça, um prédio, nada disso, isso eu acho uma bobagem na maioria das vezes, a não ser que seja um monumento incrível. O elegante é que ele tem uma intensidade de uso do espaço público que não tem em outros lugares.” (Empresário)

A Praça da Savassi propriamente dita é sempre apontada como um marco referencial, apesar das considerações de que a praça se trata mais de um cruzamento de vias do que de uma praça em seu sentido mais convencional.

Semelhante ao que foi verificado em parte das entrevistas da Pesquisa de Opinião e Caracterização dos Usuários da Savassi, existe entre os entrevistados a percepção de que a “cara” ou o marco da Savassi encontra-se num plano sutil. Esse sutil é expresso pelas pessoas bonitas que frequentam a rua, pelo passado

simbólico de “*glamour*” e elegância que guarda a Savassi e a presença de um espaço público que congrega as pessoas, apesar da degradação do espaço reconhecida nos calçamentos destruídos, falta de lixeiras e iluminação.

O espaço físico, o prático-sensível, se restitui e se reconstitui assim, contra as projeções de aquisições intelectuais tardias, contra as reduções pelo saber. Contra o Absolutamente Verdadeiro, Espaço de Clarezas soberanas, reabilitam-se o subterrâneo, o lateral, o labiríntico, quiçá o uterino, o feminino. Contra os signos do não-corpo, reerguem-se [aprumam-se] os signos do corpo. A história dos corpos na fase final do Ocidente é a de suas revoltas. (Lefebvre, 2006, p.275)

Após o término da pesquisa, o que ficou bem claro é que o projeto demandaria uma enorme delicadeza em suas proposições, sob pena de se destruir essa imagem sutilmente formada e de riqueza surpreendente, que, mesmo no tempo do espaço urbano nitidamente degradado, fez conservar o *glamour* e o significado da praça no imaginário dos seus usuários. Não havia necessidade de elementos marcantes, mas de elementos sutis.

Entretanto essa sutileza é difícil de ser materializada. A solução das questões urbanas com a introdução de elementos arquitetônicos é uma prática mais comum. Assim sendo, diversos elementos são incorporados ao espaço, produzindo novos marcos, bem materializados, sobre os quais o usuário não precisa criar. Esses mesmos elementos se repetem em outros espaços requalificados, independente da proporção, localização ou história: são elementos arquitetônicos, somente (FIG. 7). As ambiências pré-existentes não são levadas em conta.

O diagnóstico da Savassi sugeria que as intervenções tivessem a amplitude da grandeza simbólica local. O projeto alcançou esse objetivo? Não.

A praça, apesar das transformações, continua muito frequentada, nem sempre pelas mesmas tribos que a frequentavam anteriormente, perdendo sua característica de espaço liminar.



Figura 7 – Praça Diogo de Vasconcelos (Savassi) após implantação do projeto de requalificação

(Foto Guilherme Mota, PORTAL PBH, 2016)

Uma questão se faz premente: dentro de algum tempo, a Savassi, entrando em um novo ciclo de degradação física, o que é comum nos espaços urbanos, terá uma referência simbólica tão forte para seus usuários que a manterá no imaginário e na criação coletiva? Aparentemente, não. A imagem que se pode construir atualmente não vem dos fatores identitários simbólicos, da imageabilidade do espaço e sim dos elementos materiais que ali se agrupam. Acabando-se os elementos, acaba-se a identificação. O elo estará rompido.

Assim se estabelece no espaço a trindade capitalista, esta trindade “terra-capital-trabalho” que não pode permanecer abstrata e não se concentra a não ser num espaço institucional triplo: global e mantido como tal, aquele da soberania, onde se manifestam os constrangimentos, portanto fetichizado, redutor de diferenças — fragmentado, separando, disjuntando, localizando as particularidades, os lugares e localizações, ao mesmo tempo para controlá-los e negociá-los — hierarquizado enfim, desde lugares abjetos a nobres, desde lugares inderditos a lugares soberanos. (Lefebvre, 2006, p.384)

A discussão sobre a paisagem inicial, a gerada pelo projeto de requalificação e os parâmetros urbanísticos que incidem sobre a área demonstra que a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do solo de Belo Horizonte, de 1996, e suas posteriores revisões não conseguiram construir elementos que garantissem a preservação simbólica do espaço (até porque este não é o seu objetivo). Essa legislação tem mais de 10 anos¹⁴ e foi posteriormente revista, mantendo, entretanto, a mesma base legal.

Ela incorporou alterações substanciais em suas revisões – por exemplo, a inclusão da outorga onerosa do direito de construir; em sua última alteração, as fachadas inteligentes, que, incidirão genericamente na geração da paisagem a ser configurada. Entretanto, os elementos de associação entre planejamento, desenho urbano e paisagem ainda estão longe do que se precisa alcançar. Da análise dessa experiência, busca-se responder, então, quais e como se poderia formular novos parâmetros de geração da paisagem, que contemplassem a formação de ambiências urbanas propícias à apropriação do espaço, (re)associando o homem à sua casa coletiva.

Uma dessas propostas (em se falando na Savassi e outras áreas de perfil semelhante) seria a criação de um parâmetro que garantisse o tombamento de pequenos elementos isolados da paisagem – no caso a pequena parte do piso de paralelepípedo originário dos primórdios da área, e a obrigatoriedade da incorporação desses elementos historicamente relevantes nos projetos de intervenção. É bom que fique claro que o projeto não poderia ser desenvolvido tendo esse pequeno fragmento de piso como principal elemento gerador. No entanto, ele deveria ter algum tipo de proteção para não ser simplesmente descartado, levando com ele parte da memória do lugar.

Outro parâmetro a ser incorporado deveria focar, exclusivamente, na proposição de proporções entre a largura das vias e altimetria das edificações, a fim de que se configurassem (ou se mantivessem) lugares significativos de apropriação. A flexibilidade em relação aos afastamentos também deveria ser repensada.

De modo geral, os lugares já construídos poderiam ser qualificados por sua utilização preponderante e, a partir daí, os parâmetros urbanísticos deveriam ser adequados a essa vocação. A cidade sempre se reconstrói, mas a utilização da

¹⁴ A Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte – Lei nº 7165 – é de 1996, tendo havido revisões em 1999, 2005, 2009 e 2014.

mesma lógica legal para requalificar um espaço construído ou ocupar um espaço até então vazio é incoerente.

Nestes tempos de cidades abandonadas e de demandas de projetos de requalificação e também de expansão de tecido urbano, debruçar-se sobre os novos parâmetros geradores de paisagens apropriáveis coletivamente parece ser essencial.

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar (Augé, 1993, p. 73).

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia. A cidade como não-lugar. **Revista Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, nº 58, fev.1995.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supramodernidade**. Campinas: Papirus, 1993.
- BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Lei nº 7166**, de 27 de agosto de 1996 (Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo). Belo Horizonte: PBH, 1996.
- _____. Portal PBH. **Requalificação da Praça da Savassi**. Disponível em http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2014/03/AF_16_MG_PRA%C3%87A%20SAVASSI_WEB.pdf. Acesso em: março 2016.
- _____. **Diagnóstico para o projeto de requalificação da Savassi**. Belo Horizonte: [não publicado], – 2008a. (não publicado).
- _____. **Pesquisa de opinião e caracterização dos usuários** – B&L. Belo Horizonte: [não publicado], 2008. 2008b (não publicado).
- BESSA, Altamiro S. M. **A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real**. 2011. 280 p. Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- DEL RIO, V. **Desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini Editora, 1992. GEHL, J. *Cities for People*. Washington: Island Press, 2010.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: **La production de l'espace**. 4^e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.
- RELPH, E.. **A paisagem urbana moderna**. Lisboa: Ed 70, 1987.
- WALL, E.. **Desenho urbano**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2012.